



EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº 08/PMNM/2026

Sistema de Registro de Preço-15-SUPEL/2026

Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento e Instalação de Galpão Metálico Padronizado, incluindo Fundação, Estrutura Metálica, Cobertura, Instalação Elétrica Básica, Mão de Obra, Equipamentos, Transporte e demais Insumos necessários à Completa Execução do Objeto.

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 9 9946-1857

Palácio 21 de julho, 24 de junho de 2026.





EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 08/2026/SUPEL/NM SRP.15
Processo nº 1950-SEMOSP/2026

PREÂMBULO

O Município de Nova Mamoré - RO, através da Superintendência de Licitações e Contratos-SUPEL, torna público, para conhecimento de interessados, que se encontra instaurada **LICITAÇÃO**, sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA em sua forma ELETRÔNICA**, critério de julgamento do tipo Menor Preço Global de acordo com a **Lei de Licitações nº 14.133/21**, e suas posteriores alterações, como a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

- CADASTRO DE PROPOSTAS A PARTIR DO DIA: **29/06/2026**
- ABERTURA DA SESSÃO DIA: **10/07/2026 às 10h00min**

Local: No endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento e Instalação de Galpão Metálico Padronizado, incluindo Fundação, Estrutura Metálica, Cobertura, Instalação Elétrica Básica, Mão de Obra, Equipamentos, Transporte e demais Insumos necessários à Completa Execução do Objeto, conforme Processo Administrativo nº.1950-SEMOSP/2026 e especificações constantes nos **ANEXOS I A, B, C, D, E, F, G, H, I**, partes integrantes deste edital.

1.1. O valor GLOBAL, estimado para aquisição, objeto desta licitação é de **R\$ 2.409.335,03 (dois milhões, quatrocentos e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e três centavos)**

1.2. MODO DE DISPUTA: ABERTO

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site www.licitanet.com.br.

2.2. Para participação na Concorrência, via internet, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Instrumento Convocatório, ressalvados os casos de participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), no que concerne à sua regularidade fiscal, na forma prevista pelos arts. 42 e 43, § 1º da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Prefeitura do Município de Nova Mamoré, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

2.4. Não poderão participar desta licitação:

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de





trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII. Agente público do órgão ou entidade licitante;

IX. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

X. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

XI. O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XII. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIII. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XIV. O disposto nos itens II e III não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

XV. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

XVI. A vedação de que trata o item VIII estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.11.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos





estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do lote único (valor global);

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a





cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. O Município de Nova Mamoré efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto no Decreto 7.675/GP/2023.

4.8. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 7.675/GP/2023.

4.9. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.12.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no edital.

4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem) reais.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será





prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final efechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

5.21.2.5. Em conformidade ao Acórdão nº 723/2024 TCU – Plenário será utilizada a forma de SORTEIO ELETRÔNICO (LICITANET), em campo específico;

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro





colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. **O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie as planilhas adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.22.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 3.7 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;





- 6.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11.2.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.11.3.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 6.11.4.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.11.5.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a





substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostr fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

6.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital, será convocada a empresa com o lance classificado em primeiro lugar para apresentação da documentação de HABILITAÇÃO detalhada, no prazo de até 02 (duas) horas, contado a partir da convocação no “chat”.

6.20. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. Habilitação jurídica:

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI; cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

g) . Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:





7.1.2 DAS DILIGÊNCIAS E INCLUSÃO DE DOCUMENTOS

A Administração poderá promover diligências, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para:

- Esclarecer ou complementar a instrução processual;
- Solicitar documentos que comprovem fatos preexistentes à apresentação das propostas;
- Corrigir falhas formais.

Base legal e jurisprudencial:

“É admissível a apresentação de documentos em sede de diligência quando estes visam comprovar fatos preexistentes à data de apresentação das propostas, desde que sua não apresentação decorra de erro formal e não implique em prejuízo à isonomia entre os licitantes.” (TCU – Acórdão nº 2.049/2023 – Plenário)

Acórdão nº 1211/2021 do TCU estabelece que a Administração Pública deve permitir a juntada posterior de documentos que comprovem condições existentes antes da licitação, desde que isso não prejudique a isonomia entre os licitantes e atenda ao interesse público.

Acórdão nº 602/2025 do TCU aborda a possibilidade de juntada de documentos durante as fases de habilitação ou classificação em processos licitatórios. Especificamente, o TCU considera lícita a admissão de documentos apresentados em atendimento a diligências, desde que tais documentos comprovem condições existentes antes da abertura da sessão pública do certame. Essa prática não configura violação aos princípios da isonomia e da igualdade entre os licitantes.

A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

A atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Após a DILIGÊNCIA As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão INABILITADAS. EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a), examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.9.1.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- h) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- i) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- j) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial;

7.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Contrato Social;





- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, ou seja, no presente caso a certidão referente aos dados constantes no Cadastro de Contribuinte Mobiliário da Pessoa Jurídica;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- h) Caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.1 Qualificação Técnica

Conforme PROJETO BÁSICO

7.2.2. Para fins de comprovação da aptidão técnica, a licitante deverá apresentar documentação que demonstre capacidade operacional e experiência compatível com o objeto da presente licitação, especialmente quanto à fabricação, fornecimento e montagem de estruturas metálicas e execução de galpões metálicos.

Serão exigidos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, tais como:

- fabricação de estruturas metálicas;
- montagem de estruturas metálicas;
- execução de galpões metálicos;
- execução de coberturas metálicas;
- estruturas metálicas treliçadas ou similares.

Os atestados deverão comprovar quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância técnica de um galpão, admitida a soma de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional.

b) No caso de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado, os documentos deverão ser apresentados em papel timbrado contendo:

- identificação da empresa emitente;
- endereço completo;
- identificação do responsável pela emissão;
- assinatura do responsável.

A Administração poderá diligenciar para verificação da autenticidade das informações apresentadas, podendo solicitar documentos complementares que comprovem a efetiva execução dos serviços.

c) Declaração da licitante indicando a equipe técnica responsável pela execução dos serviços, devendo conter, no mínimo, 01 (um) profissional legalmente habilitado com atribuição compatível com o objeto licitado, especialmente engenheiro civil e/ou engenheiro mecânico, contendo:

- nome completo;
- CPF;
- número do registro profissional no CREA competente.

d) Comprovação de registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA competente, compatível com as atividades objeto da contratação.

e) O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) emitir a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica referente à execução das obras.

f) A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, documentação complementar destinada à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo:

- contratos;
- ARTs;





- CATs;
- notas fiscais;
- medições;
- ordens de serviço;
- ou outros documentos pertinentes.

7.2.3 Justificativa Técnica

As exigências de qualificação técnica previstas neste instrumento possuem a finalidade de assegurar que a futura contratada detenha experiência mínima compatível com a complexidade técnica do objeto licitado, especialmente quanto à fabricação, fornecimento e montagem de estruturas metálicas treliçadas.

Considerando que a contratação envolve execução de galpões metálicos com vãos livres significativos, cobertura metálica e elementos estruturais sujeitos a ações permanentes e variáveis, mostra-se necessária a comprovação de capacidade técnica operacional e profissional, visando garantir:

- segurança estrutural;
- adequada execução das obras;
- estabilidade da edificação;
- cumprimento dos prazos contratuais;
- qualidade dos serviços executados.

A exigência de quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância técnica de um galpão, observa entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU, sendo compatível com a dimensão do objeto e suficiente para demonstrar experiência prévia da licitante.

Tais exigências não possuem caráter restritivo, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.2.4 DA VISTORIA TÉCNICA

a) Considerando que os serviços serão executados em diferentes localidades do Município de Nova Mamoré, incluindo distritos e linhas rurais, a avaliação prévia das condições de acesso, logística, implantação e execução poderá ser realizada pela licitante, visando ao pleno conhecimento das características operacionais relacionadas ao objeto da contratação.

b) A vistoria técnica possuirá caráter facultativo, podendo ser realizada mediante agendamento prévio junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, em dias úteis, no horário das 07h30min às 16h30min.

c) Serão disponibilizados datas e horários distintos aos interessados, de forma a preservar a competitividade e a isonomia do certame.

d) Para realização da vistoria, o representante da empresa deverá apresentar documento de identificação pessoal e documento que comprove vínculo com a licitante ou autorização para representá-la durante a visita técnica.

e) Caso a licitante opte pela não realização da vistoria, deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela futura execução contratual.

f) A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para posteriores alegações de desconhecimento das condições locais, dificuldades logísticas, acessos, distâncias, condições operacionais, características das áreas de implantação ou quaisquer fatores relacionados à execução dos serviços.

g) A realização da vistoria não transfere à Administração responsabilidade por eventuais levantamentos, medições, verificações ou avaliações complementares que sejam de interesse da licitante para formulação de sua proposta.

7.2.5 Participação de Cooperativas

7.2.5.1 Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.2.5.2 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;





7.2.5.3 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.2.5.4 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.2.5.5 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.2.5.6 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.2.5.7 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

7.2.5.8 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, e limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Art. 69, Inciso I e § 6º da Lei 14.133/2021).

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.2) é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

d) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **patrimônio líquido ou capital social de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente**.

e) Nos termos do Art. 1.179, §2º código Civil, fica dispensada ao MEI (Microempreendedor Individual) a obrigação apresentação de escrituração contábil, balanço e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). Contudo, deverá a empresa comprovar o patrimônio líquido ou capital social de **10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente**.

f) Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

g) No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.





- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de solicitação formal no e-mail cpl@novamamore.ro.gov.br.

9 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

- 9.1 O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 2.400/GP/2013 de 20 de fevereiro de 2013, pelas disposições deste Edital e demais normas complementares.
- 9.2 No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados.
- 9.3 A existência de preços registrados não obriga o Município de Nova Mamoré a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Registro à preferência em igualdade de condições.
- 9.4 O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Prefeitura Municipal opte por realizar os serviços através de licitação específica, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o detentor do Registro de Preços terá assegurado seu direito à contratação.
- 9.5 Uma vez registrados os preços, a Prefeitura Municipal poderá convocar o detentor do Registro a executar os serviços ora licitados, na forma e condições fixadas no presente Edital e na ATA de Registro de Preços.
- 9.6 Encerrado o processo licitatório para Registro de Preços, será firmado entre a Prefeitura Municipal e o(s) detentor(es) dos preços registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que, depois de cumprido os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital.
- 9.7 Durante a vigência do Registro de Preços a Prefeitura Municipal convocará os detentores, obedecendo, obrigatoriamente, a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços, através da emissão de Requisição, à qual deverá ser anexada a Nota de Empenho respectiva.

10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ASSINATURA

- 10.1 Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.
- 10.2 Homologado o resultado desta licitação, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará as interessadas para que





assinem a Ata de Registro de Preços, que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

10.3 O **prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços** será de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de recebimento da notificação. A recusa injustificada do licitante notificado em assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidas neste Edital caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a perda do direito ao registro de preços, bem como às penalidades cabíveis, previstas no Edital.

10.4 Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

10.5 A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

11 DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia – AROM, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

12 DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DO (S) PRODUTO (S)

12.1 Serão fornecedoras dos objetos desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

12.2 A convocação para o fornecimento será feita através da emissão e encaminhamento da Requisição à Detentora dos Preços Registrados.

12.3 O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

12.4 Se a Empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, a Administração convocará a Empresa classificada em segundo lugar, para efetuar o fornecimento e assim por diante, podendo ser registradas tantas Empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o LOTE, aplicando às faltosas as penalidades admitidas em lei e previstas neste Edital.

12.5 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

12.6 A contratada deverá fornecer os SERVIÇOS de acordo com as necessidades das Secretarias.

12.7 A execução dos serviços deve atender as todas as especificações exigidas pelo Projeto Básico.

13 DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

13.1.1. Em conformidade com o Decreto Federal 11.462/2023 no que disciplina o registro de preço durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.





O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento (50%) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada LOTE registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

14 RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

15 DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

16 DO CONTRATO

16.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021, em virtude de se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

16.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante;

16.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da ata de registro de preço ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

17 DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

17.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 30.1 deste termo.

17.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

18 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO





18.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

18.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições **estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.**

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.2 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

19.2.1 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantivera proposta em especial quando:

19.2.1.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.2.1.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.2.1.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

19.2.1.4 deixar de apresentar amostra; ou

19.2.1.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.2.2 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.2.2.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.2.3 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.2.4 fraudar a licitação

19.2.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.2.5.1 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.2.5.2 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.2.6 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.2.7 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.3 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.3.1 advertência;

19.3.2 multa;

19.3.3 impedimento de licitar e contratar; e

19.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

19.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.4.2 as peculiaridades do caso concreto;

19.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.5 As multas serão aplicadas nos termos do item 22 do Projeto Básico, parte integrante do edital.

19.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.9 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou





contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/21.

19.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da INSEGES/ME n.º 73, de 2022.

19.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.12 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelos seguintes meios:** através do e-mail cpl@novamamore.ro.gov.br e plataforma LICITANET.

20.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

20.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





21.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.novamamore.ro.gov.br/transparencia/>.

21.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.11.1 ANEXO I – Projeto Básico;

21.11.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

21.11.3 ANEXO III – Declaração de Vistoria;

21.11.4 ANEXO IV – Declaração de Responsabilidade em Substituição à Visita Técnica;

21.11.5 ANEXO V – Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei 9.854/99;

21.11.6 ANEXO VI – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

21.11.7 ANEXO VII – Declaração de MEI e EPP;

21.11.8 ANEXO VIII – Declaração que não Emprega Servidor Público;

21.11.9 ANEXO IX – Relação/Declaração de Disponibilidade das Instalações, dos Equipamentos/Máquinas e do Pessoal Técnico;

21.11.10 ANEXO X – MODELO SUGESTÃO DE PLANILHA para apresentação de Proposta de Preços.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 24 de junho de 2026.

Luana de Araújo Ribeiro Andrade
Assessora Executiva de Licitações e Contratos





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

Contratação De Empresa Especializada Para Fornecimento E Instalação De Galpão Metálico Padronizado, Incluindo Fundação, Estrutura Metálica, Cobertura, Instalação Elétrica Básica, Mão De Obra, Equipamentos, Transporte E Demais Insumos Necessários À Completa Execução Do Objeto.





Sumário

1. DO OBJETIVO	23
2. DA JUSTIFICATIVA	23
3. DA LOCALIZAÇÃO	24
4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO	24
5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24
6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	25
7. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO	25
8. CONDIÇÕES GEOTÉCNICAS ADVERSAS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES 29	
9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES	30
10. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES	31
11. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	32
12. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS	33
13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	34
14. DA VISTORIA TÉCNICA	35
15. DAS TÉCNICAS QUANTITATIVAS	36
16. DO ACOMPANHAMENTO	36
17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO	37
18. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO	38
19. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO	38
20. DO REAJUSTE	39
21. ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A DESPESA	39
22. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	40
23. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	40
24. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	40
25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	41
26. ANEXOS	41





PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETIVO

O presente Projeto Básico tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e montagem de galpões metálicos padronizados, com dimensões variáveis, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Nova Mamoré, distritos e linhas rurais, compreendendo a execução de fundações, fabricação e montagem de estrutura metálica, cobertura, instalações elétricas básicas de iluminação, bem como o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução das obras, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O objeto da presente contratação caracteriza-se como OBRA COMUM DE ENGENHARIA, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, uma vez que envolve soluções construtivas padronizadas, métodos executivos usuais e tecnologias amplamente difundidas no setor da construção civil e estruturas metálicas, não demandando soluções técnicas inovadoras ou de elevada complexidade técnica.

As obras previstas consistem, predominantemente, na execução de galpões metálicos com tipologia estrutural padronizada, compostos por fundações em concreto armado, pilares metálicos, vigas, treliças, cobertura metálica, contraventamentos e instalações elétricas básicas de iluminação, caracterizando-se por processos executivos repetitivos, com variações restritas às dimensões lineares das edificações, sem alteração substancial da concepção estrutural, dos métodos construtivos, dos equipamentos ou dos insumos empregados.

Para fins de composição orçamentária e rastreabilidade técnica dos quantitativos, foi elaborado projeto estrutural completo de galpão metálico tipo, permitindo o levantamento detalhado do consumo de materiais, aço estrutural, cobertura, fundações e demais elementos construtivos por metro quadrado executado. A partir desse parâmetro técnico, os quantitativos estimados para os demais galpões foram obtidos mediante proporcionalidade dimensional, mantendo-se a padronização da solução estrutural adotada.

Dessa forma, a contratação mostra-se compatível com a utilização da modalidade CONCORRÊNCIA, sob o regime de empreitada por preço unitário, mediante Sistema de Registro de Preços, considerando tratar-se de obra comum de engenharia com possibilidade de padronização dos serviços, quantitativos e composições unitárias, conforme permissivo da Lei nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação se faz necessária diante da crescente demanda do Município de Nova Mamoré por estruturas cobertas destinadas ao armazenamento de materiais, abrigo de equipamentos, apoio logístico, manutenção de maquinários, desenvolvimento de atividades operacionais, realização de reuniões comunitárias, eventos institucionais, feiras agropecuárias, exposições do agronegócio e atendimento às necessidades das Secretarias Municipais, tanto na sede urbana quanto nos distritos e linhas rurais.

A ausência de estruturas adequadas compromete significativamente a organização operacional da Administração Pública, ocasionando exposição de materiais e equipamentos às intempéries, deterioração prematura de bens públicos, dificuldades logísticas, limitação da capacidade operacional das unidades municipais e insuficiência de espaços apropriados para realização de eventos, reuniões e atividades coletivas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do município.

Os galpões metálicos apresentam-se como solução técnica eficiente, econômica e de rápida execução, permitindo a implantação padronizada de estruturas resistentes, com elevada durabilidade, facilidade de manutenção e adaptabilidade às diversas necessidades do Município, inclusive para utilização em feiras agropecuárias, eventos rurais, exposições, encontros técnicos, capacitações e demais atividades relacionadas ao fortalecimento do setor produtivo local.

A Administração possui necessidade recorrente de implantação de galpões metálicos em unidades diversas do município, porém sem definição exata de quantitativos, dimensões e locais de execução durante o exercício financeiro, uma vez que as demandas poderão surgir conforme disponibilidade orçamentária, prioridades administrativas, expansão das atividades operacionais e necessidades identificadas pelas Secretarias Municipais.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada e administrativamente vantajosa, permitindo futuras contratações sob demanda, com padronização das





soluções estruturais, maior economicidade, otimização dos processos administrativos e redução do tempo necessário para atendimento das demandas municipais.

Para garantir segurança técnica, rastreabilidade orçamentária e compatibilidade dos quantitativos estimados, a Administração elaborou projeto estrutural completo de galpão metálico tipo, possibilitando o levantamento detalhado do consumo de aço estrutural, cobertura metálica, fundações, instalações elétricas básicas e demais insumos por metro quadrado executado.

A partir do galpão referência, os quantitativos estimados para os demais galpões foram obtidos mediante proporcionalidade dimensional, mantendo-se a mesma concepção estrutural, métodos executivos, tipologia construtiva e padrões técnicos adotados, assegurando coerência entre o projeto básico, as composições orçamentárias e a futura execução das obras.

Trata-se de medida estratégica para fortalecimento da infraestrutura pública municipal, proporcionando melhores condições operacionais às unidades administrativas, maior proteção ao patrimônio público, melhoria da logística de atendimento às comunidades rurais, incentivo às atividades agropecuárias e maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

Diante do exposto, torna-se necessária a adoção das medidas técnicas e administrativas cabíveis para garantir a implantação gradual e planejada dessas estruturas, assegurando maior durabilidade, funcionalidade, eficiência operacional e adequada conservação dos bens e materiais públicos vinculados às atividades do Município de Nova Mamoré.

3. DA LOCALIZAÇÃO

Atualmente, a Administração possui previsão preliminar de implantação de estruturas em localidades como o Distrito de Nova Dimensão, Distrito de Jacynópolis, Quarta Linha do Ribeirão, Terceira Linha do Ribeirão e sede do Município de Nova Mamoré, podendo haver adequações, remanejamentos ou inclusão de novas localidades conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público devidamente justificado.

As estruturas poderão ser destinadas ao apoio operacional das secretarias municipais, armazenamento de materiais e equipamentos, realização de reuniões comunitárias, eventos institucionais, feiras agropecuárias, exposições do agronegócio e demais atividades de interesse público relacionadas ao atendimento das comunidades urbanas e rurais.

4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A presente licitação será realizada na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, conforme previsão dos arts. 6º, inciso XXXVIII, e 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, tendo como forma de execução indireta o regime de empreitada por preço unitário, em lote único, com julgamento pelo critério de menor preço.

A adoção do lote único justifica-se pela necessidade de padronização da solução estrutural, compatibilização técnica dos serviços, uniformidade executiva, centralização da responsabilidade contratual, otimização da mobilização de equipes e equipamentos, além da obtenção de ganhos operacionais e logísticos durante a execução das obras em diferentes localidades do Município de Nova Mamoré.

O modo de disputa será aberto, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, permitindo que os licitantes apresentem lances sucessivos e decrescentes em tempo real, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A licitação será conduzida pela Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, competitividade, isonomia entre os licitantes, economicidade e julgamento objetivo.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos destinados ao pagamento deste objeto têm como fonte o orçamento municipal, estando devidamente previstos na dotação orçamentária específica, conforme planejamento financeiro elaborado pelo Município de Nova Mamoré/RO.

• DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO ATIVIDADE: 20.605.0009.1016.0000 – CONSTRUÇÃO DE GALPÕES AGRÍCOLA





CATEGORIA ECONÔMICA: 4.4.90.51.00 – PESSOA JURÍDICA
FICHA: 506.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- (x) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos): Base legal principal para a contratação pública, disciplinando os procedimentos licitatórios, a formalização contratual, fiscalização, execução e demais disposições aplicáveis às obras públicas.
- (x) Lei Complementar nº 123/2006: Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
- (x) NR 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO/PGR): Estabelece as diretrizes gerais de segurança e saúde no trabalho, incluindo a obrigatoriedade do gerenciamento de riscos ocupacionais durante a execução das obras.
- (x) NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI): Determina a obrigatoriedade do fornecimento e utilização de equipamentos de proteção individual adequados aos riscos existentes nas atividades de fabricação, montagem e execução das estruturas metálicas.
- (x) NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais: Aplicável à movimentação de estruturas metálicas, perfis, telhas, equipamentos e demais materiais utilizados na execução das obras.
- (x) NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos: Estabelece requisitos mínimos para utilização segura de máquinas, equipamentos, ferramentas e dispositivos empregados na fabricação e montagem das estruturas metálicas.
- (x) NR 18 – Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção: Norma fundamental aplicável à execução das obras, disciplinando medidas de segurança, organização do canteiro, proteção coletiva, instalações provisórias e procedimentos executivos.
- (x) NR 35 – Trabalho em Altura: Aplicável às atividades de montagem da cobertura, estruturas metálicas e demais serviços executados acima de 2,00 metros de altura, exigindo capacitação, sistemas de proteção e procedimentos de segurança específicos.
- (x) ABNT NBR 8800 – Projeto de Estruturas de Aço e Estruturas Mistas de Aço e Concreto de Edifícios: Estabelece critérios para dimensionamento, fabricação e montagem das estruturas metálicas.
- (x) ABNT NBR 6120 – Ações para o Cálculo de Estruturas de Edificações: Define as cargas permanentes, variáveis e acidentais consideradas no dimensionamento estrutural.
- (x) ABNT NBR 6123 – Forças Devidas ao Vento em Edificações: Estabelece os critérios para determinação das ações do vento sobre as estruturas.
- (x) ABNT NBR 6118 – Projeto de Estruturas de Concreto: Aplicável às fundações e elementos estruturais em concreto armado.
- (x) Normas do CONFEA/CREA: Aplicáveis à responsabilidade técnica, emissão de ART e atribuições profissionais relacionadas à execução das obras.

7. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO

A obra será executada em conformidade com os projetos e seus complementares, incluindo plantas, cortes, detalhes estruturais, locação, detalhamento das fundações, estrutura metálica, cobertura e instalações elétricas básicas, todos devidamente elaborados e assinados pelos responsáveis técnicos competentes. A execução observará rigorosamente os parâmetros estruturais definidos em projeto, garantindo fidelidade à concepção estrutural adotada e às normas técnicas aplicáveis.

Entretanto, diante das particularidades de cada local de implantação, poderão ocorrer ajustes pontuais de locação, adequações de fundação, níveis de implantação e pequenas compatibilizações executivas necessárias à adaptação das estruturas às condições reais do terreno, sem descaracterização da tipologia estrutural licitada, sempre respeitando as normas técnicas vigentes e mediante acompanhamento da fiscalização.

Os quantitativos adotados para a presente contratação foram estimados com base em parâmetros técnicos obtidos a partir de projeto estrutural completo de galpão metálico tipo desenvolvido pela Administração, considerando estrutura padrão com dimensões de 20,00 metros de frente por 30,00 metros de comprimento, totalizando área aproximada de 600,00 m².

O galpão referência foi concebido estruturalmente com 07 (sete) pórticos metálicos espaçados a cada 5,00 metros, compostos por pilares treliçados, tesouras treliçadas e sistema de contraventamento





vertical e horizontal, garantindo estabilidade global da estrutura frente às ações permanentes, acidentais e de vento, conforme normas técnicas aplicáveis.

A partir do detalhamento estrutural elaborado, foi realizado levantamento completo dos quantitativos de aço estrutural, permitindo rastreabilidade técnica do consumo de materiais empregados na estrutura metálica. O projeto resultou em índice médio aproximado de 13,74 kg de aço estrutural por metro quadrado construído, parâmetro utilizado como referência técnica para estimativa dos quantitativos globais da futura contratação.

Os quantitativos das demais estruturas previstas foram obtidos mediante proporcionalidade dimensional e padronização da tipologia estrutural adotada, mantendo-se os mesmos critérios executivos, concepção estrutural, métodos construtivos, padrões de cobertura, contraventamentos e instalações elétricas básicas.

As fundações foram estimadas conforme parâmetros usuais compatíveis com a tipologia estrutural adotada, considerando blocos/sapatas em concreto armado e elementos de fixação metálica, podendo sofrer adequações pontuais conforme características geotécnicas do local de implantação.

As instalações elétricas contempladas possuem caráter básico e funcional, destinadas predominantemente à iluminação interna dos galpões, incluindo eletrodutos, cabeamento, luminárias, quadro elétrico simplificado, aterramento e dispositivos de proteção compatíveis com a utilização prevista das estruturas.

A empresa contratada deverá executar os serviços conforme as especificações técnicas, memoriais, projetos, planilhas orçamentárias e demais documentos integrantes do presente Projeto Básico.

A execução das obras deverá ocorrer em conformidade com os projetos estruturais, memoriais descritivos, detalhamentos executivos, especificações técnicas e orientações da fiscalização, observando integralmente as normas técnicas aplicáveis às estruturas metálicas, fundações e instalações elétricas.

As estruturas metálicas deverão ser implantadas rigorosamente conforme os alinhamentos, níveis, espaçamentos e cotas definidos em projeto, garantindo estabilidade, segurança estrutural e adequado desempenho da edificação.

Execução das Fundações

As fundações deverão ser executadas conforme as cargas previstas nos projetos estruturais, observando as características geotécnicas do terreno, as condições de implantação e os parâmetros técnicos de dimensionamento aplicáveis a cada unidade.

As escavações deverão possuir dimensões compatíveis com os elementos estruturais previstos, garantindo condições adequadas de estabilidade, segurança e execução. O fundo das escavações deverá ser devidamente regularizado e compactado antes da concretagem.

Para fins de composição dos quantitativos e elaboração do orçamento de referência, foi adotada solução padrão composta por 14 (quatorze) fundações por unidade de galpão. Cada fundação foi considerada com dimensões de 0,60 m x 0,80 m e altura de 0,30 m, assentada em escavação com profundidade média de 1,50 m, contemplando a execução de sapatas isoladas em concreto armado destinadas ao apoio da estrutura metálica.

Os pilares de arranque foram considerados em concreto armado com seção de 0,20 m x 0,40 m, armados com 04 (quatro) barras longitudinais de aço CA-50 Ø 10,0 mm, com comprimento estimado de 1,65 m por barra, já consideradas as dobras necessárias para ancoragem. Para as armaduras das sapatas foi considerada malha executada com aço CA-50 Ø 8,0 mm, espaçamento de 15 cm, conforme solução estrutural padrão adotada para estimativa dos quantitativos.

Os quantitativos orçamentários contemplam os serviços de escavação das fundações, fornecimento, preparo, lançamento, adensamento e cura do concreto, execução das armaduras, reaterro compactado das cavas e demais serviços acessórios necessários à completa execução das fundações.

O concreto utilizado deverá atender à resistência característica especificada em projeto, observando-se os procedimentos adequados de lançamento, adensamento, cura e proteção das peças executadas.

Os chumbadores, placas de base e demais elementos de ancoragem deverão ser posicionados com rigoroso controle de alinhamento, prumo, nivelamento e espaçamento, garantindo perfeita compatibilização com os pilares metálicos projetados.

As dimensões e quantitativos acima constituem referência para formação do orçamento e padronização da contratação, podendo sofrer adequações técnicas em função das condições geotécnicas, topográficas ou estruturais específicas de cada local de implantação, desde que devidamente justificadas





por projeto estrutural complementar, memória de cálculo e ART emitida por profissional legalmente habilitado, observadas as disposições deste Projeto Básico.

Fabricação e Montagem da Estrutura Metálica

A estrutura metálica padrão adotada pela Administração foi concebida com dimensões aproximadas de 20,00 metros de largura por 30,00 metros de comprimento, totalizando área estimada de 600,00 m², composta por 07 (sete) pórticos metálicos espaçados a cada 5,00 metros.

O sistema estrutural é constituído predominantemente por:

- pilares treliçados;
- tesouras treliçadas;
- terças metálicas;
- contraventamentos verticais e horizontais;
- elementos de ligação;
- chapas, parafusos e acessórios estruturais.

A fabricação das peças deverá ocorrer em conformidade com os detalhamentos estruturais, observando tolerâncias dimensionais, qualidade das soldas, furações, cortes, alinhamentos e proteção anticorrosiva dos elementos metálicos.

A montagem poderá ser realizada por processo manual ou mecanizado, utilizando equipamentos adequados de içamento e movimentação, garantindo segurança operacional, estabilidade temporária da estrutura e integridade dos componentes.

Durante a montagem deverão ser observados:

- alinhamento dos pórticos;
- prumo dos pilares;
- nivelamento das estruturas;
- correto posicionamento dos contraventamentos;
- aperto adequado das ligações parafusadas;
- estabilidade global da estrutura.

O projeto estrutural de referência elaborado pela Administração resultou em consumo médio estimado de aproximadamente:

13,74 kg/m²

considerando a estrutura metálica principal do galpão padrão de 600,00 m², parâmetro utilizado como referência técnica para composição orçamentária e estimativa dos quantitativos licitados.

Execução do Telhamento e Cumeeira

A cobertura deverá ser executada com telhas metálicas em aço/alumínio, com espessura mínima de 0,50 mm, conforme especificações do orçamento e projeto executivo. Deverão ser fornecidas e instaladas todas as peças complementares necessárias ao perfeito funcionamento da cobertura, incluindo cumeeiras, arremates, parafusos, elementos de vedação e demais acessórios.

As telhas e cumeeiras deverão ser instaladas sobre as terças metálicas com fixação adequada, utilizando elementos compatíveis com o sistema de cobertura adotado, garantindo estanqueidade, estabilidade estrutural e resistência às ações do vento.

A montagem deverá respeitar:

- alinhamento das águas;
- transpasse longitudinal e transversal;
- inclinação prevista em projeto;
- fixações adequadas;
- estanqueidade da cobertura.

As peças eventualmente danificadas durante transporte ou montagem deverão ser substituídas pela contratada sem ônus adicional para a Administração.

Instalações Elétricas

As instalações elétricas possuirão caráter básico e funcional, destinadas predominantemente à iluminação interna dos galpões.

Os serviços compreenderão:

- eletrodutos;
- cabeamento;





- luminárias;
- quadro elétrico simplificado;
- dispositivos de proteção;
- aterramento básico.

Toda execução deverá observar as normas técnicas vigentes e as exigências de segurança aplicáveis às instalações elétricas de baixa tensão.

Critério de Composição da Estrutura Metálica

As composições orçamentárias adotadas para a estrutura metálica tiveram como referência a composição SINAPI código 104471 — “Composição Paramétrica para Fornecimento e Montagem de Estrutura Metálica para Cobertura de Galpões com Estrutura de Apoio em Treliza Tipo Fink”.

A Administração elaborou previamente projeto estrutural completo de galpão metálico padrão, permitindo o levantamento detalhado do quantitativo efetivo de aço estrutural empregado na solução adotada.

Ressalta-se que as composições paramétricas constantes no SINAPI possuem caráter referencial e genérico, sendo necessária compatibilização com a realidade estrutural efetivamente projetada pelo Município de Nova Mamoré.

Dessa forma, os quantitativos foram ajustados considerando:

- tipologia estrutural treliçada;
- espaçamento entre pórticos;
- ações de vento previstas;
- sistema de contraventamento;
- peso efetivo da estrutura;
- características geométricas do galpão padrão.

Tal metodologia visa assegurar compatibilidade entre o orçamento estimado, os quantitativos licitados e a futura execução das obras, mantendo coerência técnica, economicidade e rastreabilidade dos insumos utilizados.

Considerações Gerais de Execução

Cada futura contratação poderá possuir adequações específicas de implantação, conforme:

- características topográficas;
- condições geotécnicas;
- dimensões lineares;
- necessidades operacionais da Administração.

Sem alteração substancial da concepção estrutural padronizada adotada no presente Projeto Básico.

A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte, içamentos, dispositivos de segurança e demais insumos necessários à completa execução das obras, responsabilizando-se pela qualidade, estabilidade, segurança e durabilidade das estruturas executadas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
1	Contratação De Empresa Especializada Para Fornecimento E Instalação De 7 Galpões Metálicos Padronizados, Incluindo Fundação, Estrutura Metálica, Cobertura, Instalação Elétrica Básica, Mão De Obra, Equipamentos, Transporte E Demais Insumos Necessários À Completa Execução Do Objeto.	SERV	1

- Todos os materiais utilizados deverão possuir qualidade compatível com as normas técnicas aplicáveis, certificados de conformidade quando exigidos, e atender às especificações da Associação Brasileira de





Normas Técnicas – ABNT, normas do CONFEA/CREA e demais regulamentações pertinentes à execução de estruturas metálicas e obras de engenharia;

- A execução das obras deverá ser realizada por equipe técnica habilitada, sob responsabilidade de profissional legalmente competente, com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/RO, observadas as atribuições profissionais compatíveis com os serviços executados, especialmente nas áreas de engenharia civil e/ou mecânica, conforme legislação profissional vigente;
- A contratada deverá apresentar, previamente ao início dos serviços, cronograma físico-financeiro detalhado da execução, compatível com os prazos contratuais e com as etapas construtivas previstas;
- A contratada deverá apresentar relatórios periódicos de execução, contendo evolução física da obra, registros fotográficos, medições executadas, controle de qualidade e demais informações solicitadas pela fiscalização;
- Os serviços de fabricação, transporte, movimentação e montagem das estruturas metálicas deverão observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, especialmente NR-18, NR-35 e demais normas aplicáveis às atividades em altura, içamento e montagem estrutural;
- O canteiro de obras, áreas de movimentação de materiais, equipamentos e zonas de risco deverão ser devidamente sinalizados, isolados e organizados, garantindo condições adequadas de segurança para trabalhadores, usuários e terceiros;
- Todos os equipamentos de içamento, soldagem, corte, montagem e movimentação deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, manutenção e segurança operacional;
- As estruturas metálicas deverão receber tratamento anticorrosivo e pintura conforme especificações do projeto e composição orçamentária, garantindo durabilidade e proteção adequada contra intempéries e agentes agressivos do ambiente.

Além disso, os serviços objeto desta contratação caracterizam-se como OBRA COMUM DE ENGENHARIA, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar e no presente Projeto Básico, considerando tratar-se de solução construtiva padronizada, de métodos executivos usuais e amplamente difundidos no mercado.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou instrumento contratual decorrente, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de execução dos serviços será definido em cada Ordem de Serviço emitida pela Administração, observando-se a complexidade, dimensões e condições específicas de cada unidade a ser executada, podendo ocorrer múltiplas frentes simultâneas de execução.

Os serviços terão início no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela fiscalização.

A execução será regida pelo regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, considerando a natureza variável das demandas, as possíveis adequações dimensionais dos galpões e a execução sob demanda mediante Sistema de Registro de Preços.

Os valores orçados foram obtidos com base nas composições da tabela SINAPI/RO, referência 04/2026, complementadas por composições próprias e levantamento técnico realizado a partir do projeto estrutural padrão elaborado pela Administração, acompanhado de memória de cálculo, quantitativos e demais documentos técnicos anexos ao processo.

8. CONDIÇÕES GEOTÉCNICAS ADVERSAS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Durante a implantação dos galpões metálicos poderão ser identificadas condições locais específicas não contempladas nas composições paramétricas padrão adotadas no orçamento referencial, especialmente em razão da variabilidade topográfica, logística e operacional das áreas de implantação no Município de Nova Mamoré, distritos e linhas rurais.

Dentre essas situações, destacam-se:

a) Condições topográficas específicas

- necessidade de pequenos cortes ou aterros localizados para regularização da plataforma;
- execução de nivelamentos complementares;
- adequações pontuais de acesso de máquinas e equipamentos;
- intervenções necessárias para preparação preliminar da área de implantação.

b) Serviços auxiliares de apoio técnico e operacional

- locação topográfica da obra;





- marcação dos eixos estruturais;
- definição de níveis e cotas de implantação;
- abertura e manutenção de acessos provisórios;
- limpeza mecanizada pesada da área;
- suporte operacional com maquinário próprio da Administração.

c) Interferências locais e adequações preliminares

- remanejamento pontual de cercas, acessos ou pequenos obstáculos existentes;
- adequações preliminares de drenagem superficial;
- remoção de materiais inservíveis existentes na área;
- preparação prévia do terreno para recebimento da estrutura.

Tais serviços possuem caráter acessório, eventual e localizado, não integrando a solução padronizada contemplada nas composições de custos adotadas no Sistema de Registro de Preços.

Com base na experiência técnica do Município e visando garantir maior economicidade ao erário, tais intervenções poderão ser executadas diretamente pela Administração Pública, utilizando equipe própria, maquinário municipal e apoio técnico da Secretaria Municipal de Obras, especialmente nos serviços de:

- regularização preliminar do terreno;
- apoio topográfico;
- limpeza pesada;
- adequações de acesso;
- preparação da plataforma de implantação.

Tal medida visa evitar a transferência de riscos excessivos à contratada, impedir a elevação preventiva dos preços ofertados e preservar a padronização técnica das composições orçamentárias adotadas na presente contratação.

Ressalta-se que tais ocorrências não descaracterizam o objeto principal licitado, tampouco afastam a natureza padronizada da contratação, uma vez que constituem situações excepcionais, pontuais e acessórias às obras principais de fabricação, fornecimento e montagem dos galpões metálicos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Caberá à Contratante

Para assegurar a adequada execução contratual, o cumprimento das cláusulas pactuadas e a correta aplicação dos recursos públicos, caberá à Administração Pública adotar medidas administrativas, operacionais e fiscalizatórias durante toda a vigência da contratação.

Nesse sentido, competirá à CONTRATANTE:

- a) Designar servidor responsável pela fiscalização do contrato, incumbido do acompanhamento da execução, atesto das medições e documentos fiscais, bem como instituir Comissão de Recebimento de Obras de Engenharia, observando as normas de execução orçamentária e financeira vigentes no Município de Nova Mamoré;
- b) Verificar minuciosamente, dentro do prazo estabelecido, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes no Projeto Básico, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e proposta apresentada pela contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Definir e fiscalizar a execução dos serviços objeto da presente contratação, observando-se que a contratada será integralmente responsável pela disponibilização de equipe técnica, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução das obras;
- d) Assegurar à contratada as condições necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, incluindo acesso às áreas de implantação e comunicação formal de informações relevantes à execução;
- e) Expedir Ordem de Serviço para início das obras, contendo, no mínimo, identificação da localidade, dimensões da estrutura, prazo de execução, data de emissão e identificação do responsável pela fiscalização;
- f) Notificar formalmente a contratada acerca de quaisquer falhas, imperfeições, irregularidades ou inconformidades constatadas durante a execução das obras, exigindo as correções necessárias;
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou comissão especialmente designada, garantindo o cumprimento integral das obrigações assumidas;
- h) Efetuar os pagamentos conforme as normas de execução orçamentária e financeira vigentes, condicionados ao atesto da fiscalização e aprovação das medições executadas;





- i) Permitir o acesso às áreas de execução aos funcionários da contratada devidamente identificados, quando necessário ao desenvolvimento das atividades contratadas;
- j) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos do contrato e da legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

9.2. Caberá à Contratada

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar as obras com qualidade, segurança, observância das normas técnicas e dentro dos prazos estabelecidos, em conformidade com o Projeto Básico, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e proposta apresentada;
- b) Atender prontamente às exigências da Administração relacionadas à execução contratual, prestando esclarecimentos e promovendo as adequações eventualmente necessárias;
- c) Manter a direção técnica da obra sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado e devidamente registrado no CREA, com emissão da respectiva ART de execução;
- d) Designar preposto ou encarregado geral com presença permanente durante a execução dos serviços, responsável pelo acompanhamento diário da obra e interlocução direta com a fiscalização;
- e) Garantir que a equipe técnica responsável pela execução possua qualificação compatível com os serviços contratados, especialmente para atividades de fabricação, montagem e execução de estruturas metálicas;
- f) Informar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que possam comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando as respectivas justificativas técnicas;
- g) Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- h) Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, seguros, transporte, alimentação, hospedagem, mobilização, desmobilização e demais despesas decorrentes da execução contratual;
- i) Manter estrutura operacional compatível com a execução das obras no Município de Nova Mamoré, compreendendo mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos e demais recursos necessários ao adequado atendimento das demandas;
- j) Fornecer, sob sua inteira responsabilidade, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, dispositivos de içamento, transporte, soldagem, montagem e segurança necessários à completa execução das obras;
- k) Responder integralmente pelos danos eventualmente causados durante a execução dos serviços, incluindo danos a edificações, redes elétricas, cercamentos, pavimentações, equipamentos públicos ou particulares e demais estruturas existentes nas áreas de implantação;
- l) Garantir que todos os equipamentos utilizados estejam em perfeitas condições de funcionamento, manutenção e segurança operacional, observando as normas regulamentadoras aplicáveis;
- m) Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente NR-18, NR-35 e demais normas aplicáveis às atividades de montagem de estruturas metálicas e trabalho em altura;
- n) Apresentar, previamente ao início dos serviços, cronograma físico-financeiro compatível com os prazos contratuais e etapas executivas previstas;
- o) Responsabilizar-se integralmente pela estabilidade, segurança, qualidade e durabilidade das estruturas executadas, observando rigorosamente os projetos, especificações técnicas e orientações da fiscalização.

10. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

1.1. Das penalidades

Nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades administrativas previstas em lei, sem prejuízo da obrigação de reparação integral por perdas e danos eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros.

Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) Multa por atraso na execução

Em caso de atraso injustificado na execução dos serviços, poderá ser aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 10% (dez por cento) do valor correspondente à obrigação não cumprida.

b) Multa por inexecução total ou parcial





Em caso de inexecução total ou parcial do objeto contratual, poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, observando-se:

- a gravidade da infração;
- o prejuízo causado à Administração;
- a extensão do inadimplemento;
- a reincidência;
- a boa-fé da contratada;
- as circunstâncias do caso concreto.

As multas eventualmente aplicadas poderão ser:

- descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA;
- compensadas administrativamente;
- cobradas judicialmente, caso necessário.

Na hipótese de inadimplemento da obrigação de pagamento das penalidades aplicadas no prazo estabelecido pela Administração, poderão incidir juros moratórios e atualização monetária na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades previstas neste instrumento não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros, nem impede a aplicação cumulativa das demais sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2. Das Sanções Administrativas

Garantido o contraditório e a ampla defesa em regular processo administrativo, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) advertência;
- b) multa moratória e/ou compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos na legislação;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de infrações graves que demonstrem comprometimento da idoneidade da contratada.

A aplicação das sanções deverá observar:

- a natureza e gravidade da infração;
- os danos causados à Administração;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os antecedentes da contratada;
- a proporcionalidade e razoabilidade da medida aplicada.

10.3. Da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU

A aplicação de penalidades contratuais deverá observar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, motivação adequada, contraditório e ampla defesa, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU.

Destacam-se os seguintes precedentes:

- Acórdão nº 2.380/2016 – Plenário/TCU: estabelece que a aplicação de penalidades administrativas deve ser devidamente motivada e precedida da garantia do contraditório e ampla defesa;
- Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário/TCU: dispõe que a gradação das penalidades deve considerar a natureza da infração, sua gravidade e os prejuízos causados à Administração Pública;
- Acórdão nº 1.877/2014 – Plenário/TCU: admite a aplicação cumulativa de sanções administrativas, desde que respeitado o devido processo legal;
- Acórdão nº 2.574/2016 – Plenário/TCU: reforça que a Administração deve analisar as circunstâncias concretas da infração, vedada a aplicação automática e padronizada de penalidades.

11. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Todas as especificações técnicas relativas à execução das obras, fornecimento de materiais, fabricação, montagem das estruturas metálicas, instalações complementares e mão de obra deverão atender rigorosamente às normas técnicas aplicáveis, aos projetos estruturais, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais documentos integrantes da contratação.





A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, normas regulamentadoras de segurança do trabalho, especificações da fiscalização e demais legislações pertinentes à execução de obras públicas e estruturas metálicas.

O início da execução ocorrerá exclusivamente após a emissão da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, contendo as informações necessárias à implantação da unidade, incluindo localidade, dimensões previstas, prazo de execução e demais orientações técnicas pertinentes.

A contratada deverá mobilizar equipe técnica, equipamentos, ferramentas, materiais e estrutura operacional compatíveis com o porte dos serviços contratados, garantindo condições adequadas de segurança, qualidade e continuidade da execução.

A fabricação, transporte e montagem das estruturas metálicas deverão ser executados de forma planejada e compatível com as condições logísticas de cada localidade, especialmente nas regiões rurais, distritos e linhas vicinais do Município de Nova Mamoré.

Todos os serviços executados estarão sujeitos ao acompanhamento e fiscalização da Administração, que poderá determinar correções, adequações ou substituições sempre que constatadas inconformidades técnicas, falhas executivas ou descumprimento das especificações previstas nos documentos da contratação.

A contratada será integralmente responsável pela estabilidade, segurança, qualidade e integridade das estruturas executadas, bem como pela observância dos procedimentos de segurança do trabalho durante todas as etapas da obra.

Eventuais adequações de implantação decorrentes das características geotécnicas, topográficas, de acesso ou das condições operacionais específicas de cada localidade poderão ser necessárias para a adequada execução da unidade, desde que não resultem em alteração substancial da concepção estrutural padronizada adotada pela Administração.

Os quantitativos e especificações constantes da presente contratação foram elaborados com base em projeto estrutural padrão de referência desenvolvido pela Administração, constituindo o parâmetro técnico utilizado para definição da solução construtiva, elaboração do orçamento estimativo, composição dos quantitativos e padronização das unidades a serem executadas.

Sempre que as condições específicas de implantação exigirem adequações técnicas ou estruturais complementares, a contratada deverá apresentar projeto estrutural específico, memória de cálculo e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida por profissional legalmente habilitado, submetendo previamente a documentação à análise e aprovação da fiscalização.

As adequações eventualmente necessárias deverão preservar a concepção estrutural padronizada adotada pela Administração, mantendo o sistema resistente, os critérios de estabilidade global, os elementos de contraventamento e o padrão construtivo da solução originalmente projetada, sendo admitidos apenas os ajustes técnicos indispensáveis ao correto dimensionamento da unidade específica e ao atendimento das normas técnicas aplicáveis.

Com o objetivo de preservar a padronização da solução construtiva adotada pela Administração, eventuais acréscimos de consumo de aço e quantitativos estruturais decorrentes de adequações técnicas específicas serão admitidos, em regra, até o limite de 15% (quinze por cento) em relação ao índice estrutural utilizado no projeto padrão de referência, desde que devidamente justificados por projeto estrutural específico, memória de cálculo, ART do responsável técnico e previamente aprovados pela fiscalização.

Excepcionalmente, considerando as características particulares de cada local de implantação, bem como a incidência das ações de vento, condições geotécnicas adversas, necessidade de fundações diferenciadas ou outras exigências decorrentes do dimensionamento estrutural, poderá ser admitida a execução de estruturas com quantitativos superiores ao limite anteriormente estabelecido, desde que tal necessidade esteja devidamente demonstrada em projeto estrutural complementar aprovado pela Administração, acompanhado da respectiva memória de cálculo e da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida por profissional legalmente habilitado.

Em qualquer hipótese, deverão ser observados os requisitos de segurança, estabilidade global, resistência mecânica, durabilidade e desempenho previstos nas normas técnicas vigentes.

12. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

12.1. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:





- a) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991;
 - b) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual da sede da licitante;
 - c) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante;
 - d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei nº 12.440/2011.
- As certidões que não apresentarem expressamente seu prazo de validade serão aceitas desde que emitidas nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da sessão pública.
- A validade das certidões emitidas eletronicamente poderá ser confirmada pela Administração nos respectivos sítios oficiais emissores.

12.2. Relativos à Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação de:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias;
- c) documentos de eleição ou designação dos administradores, no caso de sociedades por ações;
- d) inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) documentos pessoais do representante legal da empresa.

O objeto social da empresa deverá ser compatível com o objeto da presente licitação.

12.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- a.1) Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que demonstrada viabilidade econômica e autorização judicial para participação em licitações, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 1.201/2020 – Plenário.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, conforme art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- b.1) As demonstrações contábeis deverão estar devidamente assinadas por contador habilitado e registradas nos órgãos competentes;
- b.2) Empresas constituídas há menos de 02 (dois) anos poderão apresentar balanço de abertura;
- b.3) Os documentos poderão ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de comprovação da aptidão técnica, a licitante deverá apresentar documentação que demonstre capacidade operacional e experiência compatível com o objeto da presente licitação, especialmente quanto à fabricação, fornecimento e montagem de estruturas metálicas e execução de galpões metálicos.

Serão exigidos os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, tais como:
 - fabricação de estruturas metálicas;
 - montagem de estruturas metálicas;
 - execução de galpões metálicos;
 - execução de coberturas metálicas;
 - estruturas metálicas treliçadas ou similares.





Os atestados deverão comprovar quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância técnica de um galpão, admitida a soma de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional.

b) No caso de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado, os documentos deverão ser apresentados em papel timbrado contendo:

- identificação da empresa emitente;
- endereço completo;
- identificação do responsável pela emissão;
- assinatura do responsável.

A Administração poderá diligenciar para verificação da autenticidade das informações apresentadas, podendo solicitar documentos complementares que comprovem a efetiva execução dos serviços.

c) Declaração da licitante indicando a equipe técnica responsável pela execução dos serviços, devendo conter, no mínimo, 01 (um) profissional legalmente habilitado com atribuição compatível com o objeto licitado, especialmente engenheiro civil e/ou engenheiro mecânico, contendo:

- nome completo;
- CPF;
- número do registro profissional no CREA competente.

d) Comprovação de registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA competente, compatível com as atividades objeto da contratação.

e) O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) emitir a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica referente à execução das obras.

f) A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, documentação complementar destinada à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo:

- contratos;
- ARTs;
- CATs;
- notas fiscais;
- medições;
- ordens de serviço;
- ou outros documentos pertinentes.

14. DA VISTORIA TÉCNICA

a) Considerando que os serviços serão executados em diferentes localidades do Município de Nova Mamoré, incluindo distritos e linhas rurais, a avaliação prévia das condições de acesso, logística, implantação e execução poderá ser realizada pela licitante, visando ao pleno conhecimento das características operacionais relacionadas ao objeto da contratação.

b) A vistoria técnica possuirá caráter facultativo, podendo ser realizada mediante agendamento prévio junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, em dias úteis, no horário das 07h30min às 16h30min.

c) Serão disponibilizados datas e horários distintos aos interessados, de forma a preservar a competitividade e a isonomia do certame.

d) Para realização da vistoria, o representante da empresa deverá apresentar documento de identificação pessoal e documento que comprove vínculo com a licitante ou autorização para representá-la durante a visita técnica.

e) Caso a licitante opte pela não realização da vistoria, deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela futura execução contratual.

f) A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para posteriores alegações de desconhecimento das condições locais, dificuldades logísticas, acessos, distâncias, condições operacionais, características das áreas de implantação ou quaisquer fatores relacionados à execução dos serviços.

g) A realização da vistoria não transfere à Administração responsabilidade por eventuais levantamentos, medições, verificações ou avaliações complementares que sejam de interesse da licitante para formulação de sua proposta.





15. DAS TÉCNICAS QUANTITATIVAS

Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos com base em levantamento técnico elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, considerando a previsão de implantação futura e eventual de até 07 (sete) galpões metálicos padronizados no Município de Nova Mamoré, incluindo distritos e linhas rurais.

Como referência técnica e orçamentária, foi desenvolvido projeto estrutural padrão de galpão metálico com dimensões aproximadas de 20,00 metros de largura por 30,00 metros de comprimento, totalizando área estimada de 600,00 m² por unidade.

O modelo estrutural adotado é composto por:

- pórticos metálicos treliçados;
- pilares metálicos treliçados;
- tesouras metálicas;
- terças;
- contraventamentos estruturais;
- cobertura metálica;
- fundações compatíveis com a solução estrutural padronizada;
- instalações elétricas básicas de iluminação.

A partir do projeto estrutural de referência, foi realizado levantamento detalhado dos quantitativos de materiais, obtendo-se consumo médio estimado de:

13,74 kg/m²

referente à estrutura metálica principal do galpão padrão, parâmetro utilizado como base técnica para elaboração das composições orçamentárias e estimativas da contratação.

Os quantitativos relativos aos demais serviços, incluindo fundações, cobertura metálica, instalações elétricas e serviços complementares, foram estimados proporcionalmente ao modelo padrão adotado, utilizando referências técnicas do SINAPI, composições auxiliares e memória de cálculo elaborada pela Administração.

A execução ocorrerá conforme demanda da Administração Pública, podendo haver adequações pontuais de implantação em razão:

- da localidade;
- das condições operacionais;
- da logística;
- da topografia;
- e das necessidades específicas de cada unidade.

Sem alteração substancial da concepção estrutural padronizada prevista neste Projeto Básico.

Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração à contratação integral dos valores registrados, podendo as futuras contratações ocorrer de forma parcelada, conforme disponibilidade orçamentária, necessidade administrativa e emissão das respectivas Ordens de Serviço.

16. DO ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da execução dos serviços será realizado pela Comissão de Fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, que terá a responsabilidade de assegurar que os serviços executados atendam às especificações técnicas, projetos, normas aplicáveis e cronograma estabelecido no contrato.

A empresa contratada deverá permitir o livre acesso dos fiscais e técnicos aos locais de execução, fabricação, montagem e armazenamento dos materiais, fornecendo todas as informações e documentos necessários ao acompanhamento dos serviços, incluindo, mas não se limitando a relatórios de execução, medições, registros fotográficos, cronogramas atualizados, ARTs e documentos de controle de qualidade.

A fiscalização será realizada de forma contínua, mediante visitas técnicas periódicas, inspeções em campo, análises documentais e acompanhamento das etapas executivas, conforme a evolução dos serviços e as necessidades da Administração.

Quaisquer desvios, falhas, inconformidades ou serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou orientações da fiscalização deverão ser corrigidos imediatamente pela contratada, sem ônus adicional à Administração Pública, observando os prazos estabelecidos pela Comissão de Fiscalização.





A contratada deverá fornecer à fiscalização todos os relatórios de medições, comprovantes de execução, notas fiscais, certificados de materiais e demais documentos necessários ao acompanhamento detalhado da obra, conforme exigido contratualmente.

A Comissão de Fiscalização emitirá Relatório de Acompanhamento, acompanhado de Relatório Fotográfico, contendo parecer técnico acerca da execução dos serviços, evolução física da obra, eventuais inconformidades verificadas e medidas corretivas necessárias. O referido relatório poderá ser elaborado durante as medições ou sempre que a fiscalização julgar necessário, em razão da complexidade ou criticidade dos serviços executados.

A apresentação e aprovação dos relatórios de fiscalização constituirão condição indispensável para liberação das medições e realização dos pagamentos.

Os pagamentos serão efetuados conforme os marcos de execução definidos no contrato, observando as medições aprovadas pela fiscalização e a regularidade documental da contratada. Caso necessário, a Comissão de Fiscalização poderá solicitar adequações no cronograma executivo, ajustes operacionais ou reprogramação das atividades, visando assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e o atendimento do interesse público.

O acompanhamento contratual também abrangerá a verificação das condições de segurança do trabalho, utilização adequada de equipamentos de proteção individual, qualidade dos materiais empregados, estabilidade estrutural, conformidade dos serviços executados e observância das normas técnicas aplicáveis.

A empresa contratada deverá comunicar imediatamente à Comissão de Fiscalização qualquer ocorrência superveniente que possa impactar a execução da obra, incluindo atrasos no fornecimento de materiais, dificuldades logísticas, problemas operacionais, falhas de fabricação ou quaisquer fatores capazes de comprometer o cronograma, a qualidade ou a segurança da execução contratual.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento dos serviços executados pela Contratada será realizado em duas etapas sucessivas, de acordo com o progresso e a conformidade dos serviços com as especificações contratuais e técnicas:

• Recebimento Provisório:

A primeira etapa ocorrerá após a conclusão dos serviços ou de uma fase significativa do objeto contratado, mediante solicitação formal da Contratada à Fiscalização da Obra.

A Fiscalização realizará uma vistoria detalhada para verificar se os serviços estão conforme as especificações estabelecidas no contrato, nos projetos, nas normas técnicas pertinentes e se a estrutura metálica apresenta condições adequadas de estabilidade, alinhamento e montagem. Caso sejam detectadas não conformidades ou a necessidade de ajustes, a Contratada será informada por meio de comunicado formal.

O comunicado de não conformidade deverá especificar claramente as correções ou complementações necessárias e os prazos para sua execução. A Fiscalização da Obra acompanhará a execução dessas correções e, uma vez atendidas, passará para a segunda etapa.

• Recebimento Definitivo:

A segunda etapa ocorrerá após a execução de todas as correções indicadas durante a vistoria de recebimento provisório, ou, caso não tenha havido correções, após a vistoria inicial de conformidade.

A Fiscalização realizará nova vistoria para avaliar se as correções foram adequadamente implementadas ou se os serviços estão de acordo com o contrato, projetos e especificações técnicas. Esse procedimento é essencial para assegurar a qualidade da execução, a estabilidade estrutural, a segurança da edificação e o pleno atendimento das exigências legais e contratuais.

O Recebimento Definitivo será formalizado quando a Fiscalização atestar que todos os serviços foram executados em conformidade com o estipulado, podendo ser acompanhado de Relatório Final de Fiscalização contendo registro fotográfico e parecer técnico conclusivo acerca das condições finais da obra.

A partir do Recebimento Definitivo, a Contratada poderá solicitar o pagamento final, conforme os termos contratuais, sendo os serviços considerados formalmente concluídos.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil e técnica da Contratada pela solidez, segurança, estabilidade e qualidade da obra executada, nos termos da legislação vigente.

Caso haja pendências ou necessidade de ajustes adicionais após o Recebimento Definitivo, estas deverão ser tratadas conforme as disposições contratuais, podendo ensejar aplicação das penalidades cabíveis ou determinação de novas correções pela Administração.





18. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, devidamente aprovados pela Fiscalização e em conformidade com os projetos, especificações técnicas e demais condições estabelecidas no contrato.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação da execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal correspondente à medição dos serviços efetivamente executados, devidamente atestada pela fiscalização do contrato e assinada pelo representante legal da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a primeira medição, a comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social, quando aplicável, em conformidade com a legislação vigente.

Para fins de liberação do pagamento, a CONTRATADA deverá instruir os autos com os seguintes documentos comprobatórios:

- a) Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), conforme legislação vigente;
- b) Comprovante de pagamento dos salários dos empregados vinculados à execução contratual, referente ao mês imediatamente anterior;
- c) Nota Fiscal correspondente aos serviços executados;
- d) Certidão de Regularidade Federal, Estadual e Municipal, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, todas dentro do prazo de validade;
- e) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços executados e/ou à execução da obra;
- f) Relatório de medição e relatório fotográfico dos serviços executados, quando solicitado pela fiscalização.

O pagamento somente será autorizado após:

- a verificação da conformidade dos serviços executados;
- aprovação da medição pela fiscalização;
- apresentação da documentação exigida;
- e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

Eventuais inconsistências, pendências documentais, irregularidades fiscais ou inconformidades técnicas interromperão o prazo de pagamento até a completa regularização das pendências apontadas, sem geração de direito a reajustes, indenizações, multas ou encargos financeiros em favor da contratada.

Os valores pagos estarão sujeitos às retenções tributárias previstas na legislação vigente, observadas as hipóteses legais de imunidade, isenção ou regime tributário diferenciado devidamente comprovado pela CONTRATADA.

O Município de Nova Mamoré não se responsabilizará por atrasos nos pagamentos decorrentes de pendências atribuíveis à CONTRATADA, incluindo:

- ausência de documentos;
- irregularidade fiscal ou trabalhista;
- falhas na execução;
- inconsistências em medições;
- ou descumprimento das obrigações contratuais.

19. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

- I. **ADMINISTRAÇÃO DA OBRA:** O item de Administração da Obra será medido de forma proporcional à execução física dos serviços, tomando-se como base o percentual acumulado de avanço da obra no período de medição, em conformidade com as diretrizes do Tribunal de Contas da União. O pagamento será realizado proporcionalmente ao progresso dos serviços efetivamente executados, não estando vinculado ao consumo direto de horas, mas ao andamento global do objeto contratual. Para fins de composição de custos e dimensionamento da administração local da obra, foi considerada, para cada unidade de galpão executada, a participação mínima de *10 (dez) horas de Engenheiro Civil e 40 (quarenta) horas de Encarregado Geral*, correspondentes às atividades de planejamento, acompanhamento técnico, supervisão, controle de qualidade, fiscalização interna da contratada, coordenação de equipes e suporte à execução dos serviços.

- II. **FUNDAÇÕES E INFRAESTRUTURA:** As fundações serão medidas conforme os quantitativos





efetivamente executados e previstos na planilha orçamentária, incluindo escavações, formas, armaduras, concreto, chumbadores, blocos, sapatas, vigas de fundação e demais elementos estruturais necessários à implantação do galpão. A medição somente será realizada após a execução e aprovação dos serviços pela fiscalização.

III. **ESTRUTURA METÁLICA:** A estrutura metálica será medida conforme os quantitativos efetivamente executados e instalados, contemplando fabricação, fornecimento, transporte, montagem, ligações parafusadas ou soldadas, contraventamentos, terças, treliças, pilares, vigas e demais elementos estruturais previstos em projeto. A medição será realizada com base nas unidades e quantitativos estabelecidos na planilha orçamentária e somente após aprovação da fiscalização.

IV. **COBERTURA E FECHAMENTOS:** Os serviços de cobertura serão medidos de acordo com as áreas e perímetros efetivamente executadas, incluindo fornecimento e instalação de telhas, cumeeiras, arremates, parafusos, elementos de fixação e demais componentes previstos no projeto e orçamento.

V. **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:** As instalações elétricas serão medidas conforme os quantitativos efetivamente executados e previstos em planilha, abrangendo eletrodutos, cabos, quadros, dispositivos de proteção, luminárias, interruptores, tomadas, aterramento e demais componentes integrantes do sistema elétrico do galpão, devidamente instalados, testados e aprovados pela fiscalização.

Para critério geral de medição, somente serão medidos os serviços executados em conformidade com as especificações técnicas, devidamente concluídos e aprovados pela fiscalização. Não serão considerados para medição: serviços incompletos; serviços executados em desacordo com o projeto ou normas técnicas; serviços sujeitos a retrabalho.

20. DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimativo da contratação, nos termos da legislação vigente.

Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, e desde que haja saldo contratual remanescente ou prorrogação da vigência contratual por motivo devidamente justificado, os valores poderão ser reajustados mediante solicitação formal da CONTRATADA.

O reajuste será concedido com base na variação acumulada do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

O reajuste incidirá exclusivamente sobre os serviços ainda não executados e não medidos até a data da concessão, vedada a aplicação retroativa sobre parcelas já pagas.

Caso ocorra atraso na execução contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, o período correspondente não será considerado para fins de reajustamento.

Na hipótese de extinção, substituição ou descontinuidade do índice adotado, a Administração utilizará índice equivalente que melhor reflita a variação dos custos da construção civil.

O reajuste dependerá de análise e aprovação da Administração, observadas:

- a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- a disponibilidade orçamentária;
- e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A DESPESA

O valor estimado para a presente contratação, conforme levantamento orçamentário elaborado com base nas composições da tabela SINAPI/RO, referência 04/2026, perfaz o montante estimado de R\$ 2.409.335,03 (dois milhões quatrocentos e nove mil trezentos e trinta e cinco reais e três centavos).

A estimativa de custos foi elaborada considerando:

- os quantitativos previstos no Projeto Básico;
- o modelo estrutural padrão adotado;
- os levantamentos de materiais;
- as composições unitárias de referência;
- e os custos médios de mercado aplicáveis à execução de galpões metálicos padronizados.

Os valores constantes no orçamento possuem caráter estimativo, considerando tratar-se de contratação processada por meio do Sistema de Registro de Preços, não obrigando a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados.





As despesas decorrentes da futura contratação correrão por conta das dotações orçamentárias que vierem a ser indicadas no momento da emissão das respectivas Ordens de Serviço e Notas de Empenho, em conformidade com a demanda administrativa e disponibilidade orçamentária do Município de Nova Mamoré.

22. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência definida em instrumento próprio, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como a natureza das demandas e o cronograma de execução estabelecido pela Administração.

O adjudicatário será convocado pelo órgão gerenciador para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação oficial, podendo o referido prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação formal e justificativa aceita pela Administração.

O não comparecimento injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preços sujeitará o adjudicatário às penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório.

A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública à contratação integral ou parcial dos quantitativos estimados, ficando a efetiva contratação condicionada:

- à necessidade administrativa;
- à disponibilidade orçamentária;
- à conveniência da Administração;
- e à emissão das respectivas Ordens de Serviço.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Mamoré poderá realizar novas licitações ou outras formas legalmente admitidas de contratação para o mesmo objeto, desde que observados os princípios da vantajosidade, economicidade e interesse público.

Na hipótese de realização de nova licitação para objeto semelhante, caso os preços obtidos sejam superiores aos registrados na Ata vigente, a Administração poderá optar pela utilização da Ata de Registro de Preços, observando-se o direito de preferência do fornecedor registrado em igualdade de condições.

Os serviços de fabricação, fornecimento e montagem dos galpões metálicos deverão ser executados por equipe técnica vinculada à CONTRATADA, composta por profissionais devidamente habilitados e em quantitativo compatível com a demanda executiva, garantindo:

- o cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- a qualidade dos serviços;
- a segurança da execução;
- e a conformidade com os projetos e normas técnicas aplicáveis.

23. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do respectivo instrumento contratual, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os requisitos legais aplicáveis.

A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme as demandas da Administração Pública e emissão das respectivas Ordens de Serviço.

A vigência contratual poderá ser alterada, prorrogada, suspensa ou rescindida nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e observância do interesse público.

O prazo de vigência do contrato não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, considerando tratar-se de contratação realizada por meio do Sistema de Registro de Preços.

24. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP designará, por meio de portaria, Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia, bem como 01 (um) servidor público para atuar como Gestor do Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





Compete à Comissão de Fiscalização acompanhar, fiscalizar, conferir e atestar a execução dos serviços contratados, verificando a conformidade da obra com os projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro, normas técnicas aplicáveis e demais condições estabelecidas no contrato.

O Gestor do Contrato será responsável pelo acompanhamento administrativo da execução contratual, adoção das providências necessárias à regular tramitação processual, controle de prazos, gestão documental, formalização das comunicações administrativas e demais atribuições inerentes à gestão do contrato administrativo.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, falhas técnicas, vícios construtivos ou danos decorrentes da execução contratual.

A Comissão de Fiscalização poderá registrar ocorrências, solicitar correções técnicas, rejeitar serviços executados em desconformidade, exigir substituição de materiais inadequados e comunicar formalmente ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas durante a execução da obra.

Compete ao Gestor do Contrato adotar as medidas administrativas cabíveis decorrentes das ocorrências apontadas pela fiscalização, incluindo notificações formais, controle de prazos, encaminhamento de penalidades e demais providências previstas contratualmente e na legislação vigente.

As decisões e determinações da fiscalização e da gestão contratual deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação aplicável.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Prefeitura Municipal de Nova Mamoré reserva-se o direito de liberar as medições e autorizar os pagamentos somente após o devido atesto da execução dos serviços pela Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia e pelo Gestor do Contrato, após verificação da quantidade, qualidade, conformidade técnica e adequação dos serviços executados às especificações constantes neste Projeto Básico, projetos e demais documentos contratuais.

A Administração Pública poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público devidamente justificadas, bem como anulá-la, de ofício ou mediante provocação de terceiros, quando constatada ilegalidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Os casos omissos neste Projeto Básico serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nas normas técnicas aplicáveis, nos princípios gerais da Administração Pública e demais disposições legais pertinentes.

Eventuais dúvidas, esclarecimentos ou informações complementares deverão ser solicitados junto à Superintendência de Compras, Licitações e Contratos – SUPEL da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré.

Fica eleito o Foro da Comarca de Guajará-Mirim para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da presente contratação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26. ANEXOS

Integram o presente Projeto Básico, para todos os fins legais e contratuais, os seguintes anexos:

- Anexo I – Orçamento Resumido;
- Anexo II – Orçamento Sintético;
- Anexo III – Planilha Orçamentária Analítica;
- Anexo IV – Curva Abc de Serviços;
- Anexo V – Composição do BDI.
- Anexo VI – Composições de Custos Unitários;
- Anexo VII – Projeto Estrutural Metálico Padrão;
- Anexo VIII – Resumo de Materiais da Estrutura Metálica;
- Anexo IX – Projeto Elétrico Padrão;
- Anexo X – Projeto Arquitetônico Padrão;
- Anexo XI – ART/RRT do Projeto e Orçamento.

Nova Mamore-RO, 05 de junho de 2026.

CHARLES SIDNEY LIMA DA SILVA
Assessor Técnico de Obras e Projetos





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I “A”

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, seguem em anexo em arquivo a parte.





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I “B”

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, seguem em anexo em arquivo a parte.





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I “C”

COMPOSIÇÃO BDI

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, seguem em anexo em arquivo a parte.





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I “D”

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, seguem em anexo em arquivo à parte.





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I – “E”

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, seguem em anexo em arquivo à parte.





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I “F”

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, seguem em anexo em arquivo à parte.





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I “G”

CURVA ABC

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, (seguem em anexo em arquivo à parte.





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I “H”

MEMORIAL DESCRITIVO ARQUITETÔNICO

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, (seguem em anexo em arquivo à parte.





CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/SUPEL/2026

ANEXO I – “I”

COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS

Documentos constante dos autos do Processo 1950-SEMOSP/2026, seguem em anexo em arquivo à parte.





**PROCESSO Nº 1950/SEMOSP/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/PMNM/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/SUPEL/2026**

**ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ**, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na Av. D. Pedro II, nº 7.096, bairro João Francisco Clímaco, Município de Nova Mamoré, inscrita no CNPJ sob o nº 22.855.183/0001-60, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** nos termos das seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1- A presente Ata tem por objeto a Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e montagem de galpões metálicos padronizados, com dimensões variáveis, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Nova Mamoré, distritos e linhas rurais, compreendendo a execução de fundações, fabricação e montagem de estrutura metálica, cobertura, instalações elétricas básicas de iluminação, bem como o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução das obras, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP., conforme descrição, preços constantes da Proposta de Preços da Concorrência Eletrônica n.º 08-PMNM/2026, para Sistema de Registro de Preços nº 15-SUPEL/2026.

CLÁUSULA II – DA ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1- Caberá ao Gerenciador do Sistema de Registro de Preço a condução do conjunto de procedimentos de registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.

2.2- No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva da(s) secretaria(s) participante(s) assim como as demais atribuições.

2.3- São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.**

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1- Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1- O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

4.1.1- Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2- No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1- O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.





4.3- As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta- contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1- Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021

a. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b. A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5- Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1- Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

5.2- A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

5.3- A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado, são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam aos requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

5.4- A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@novamamore.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 99990-6750 ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, no horário das 07h:30min às 15h:00min de segunda a sexta-feira.

5.5- Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

5.6- Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

5.7- Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

5.8- Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.





5.9- Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

5.10- Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VI - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

6.1- Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2- Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.2.1- Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.2- A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.2.3- A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.3- Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I. - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II. - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III. - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstra que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV. - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V. - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

6.3.1- A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.3.2- Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

6.3.3- Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.3.4- Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.3.5- Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.





6.3.6- Liberado o fornecedor na forma do item 6.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.3.7- Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.3.8- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.3.9- Após a emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem de fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

7.1- As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Da Dotação Orçamentária do Termo de Referência.

7.2- Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

7.3- Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA VIII - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

8.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

8.2- Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);





- IV.** - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.3-** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.4-** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4.1-** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.4.2-** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.4.3-** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.5-** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.6-** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b. as peculiaridades do caso concreto;
 - c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.7-** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.8-** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.9-** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.10-** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 8.11-** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA IX - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 9.1-** O cadastro de reserva de fornecedores ocorreu após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.





9.2- Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

9.2.1- O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

9.2.2- Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

9.2.3- A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA X - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1 A contratante obriga-se, nos seguintes termos:

Para assegurar a adequada execução contratual, o cumprimento das cláusulas pactuadas e a correta aplicação dos recursos públicos, caberá à Administração Pública adotar medidas administrativas, operacionais e fiscalizatórias durante toda a vigência da contratação.

Nesse sentido, competirá à CONTRATANTE:

- a) Designar servidor responsável pela fiscalização do contrato, incumbido do acompanhamento da execução, atesto das medições e documentos fiscais, bem como instituir Comissão de Recebimento de Obras de Engenharia, observando as normas de execução orçamentária e financeira vigentes no Município de Nova Mamoré;
- b) Verificar minuciosamente, dentro do prazo estabelecido, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes no Projeto Básico, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e proposta apresentada pela contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Definir e fiscalizar a execução dos serviços objeto da presente contratação, observando-se que a contratada será integralmente responsável pela disponibilização de equipe técnica, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução das obras;
- d) Assegurar à contratada as condições necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, incluindo acesso às áreas de implantação e comunicação formal de informações relevantes à execução;
- e) Expedir Ordem de Serviço para início das obras, contendo, no mínimo, identificação da localidade, dimensões da estrutura, prazo de execução, data de emissão e identificação do responsável pela fiscalização;
- f) Notificar formalmente a contratada acerca de quaisquer falhas, imperfeições, irregularidades ou inconformidades constatadas durante a execução das obras, exigindo as correções necessárias;
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou comissão especialmente designada, garantindo o cumprimento integral das obrigações assumidas;
- h) Efetuar os pagamentos conforme as normas de execução orçamentária e financeira vigentes, condicionados ao atesto da fiscalização e aprovação das medições executadas;
- i) Permitir o acesso às áreas de execução aos funcionários da contratada devidamente identificados, quando necessário ao desenvolvimento das atividades contratadas;
- j) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos do contrato e da legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA XI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1 São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

- a) Executar as obras com qualidade, segurança, observância das normas técnicas e dentro dos prazos estabelecidos, em conformidade com o Projeto Básico, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e proposta apresentada;
- b) Atender prontamente às exigências da Administração relacionadas à execução contratual, prestando esclarecimentos e promovendo as adequações eventualmente necessárias;
- c) Manter a direção técnica da obra sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado e devidamente registrado no CREA, com emissão da respectiva ART de execução;
- d) Designar preposto ou encarregado geral com presença permanente durante a execução dos serviços, responsável pelo acompanhamento diário da obra e interlocução direta com a fiscalização;





- e) Garantir que a equipe técnica responsável pela execução possua qualificação compatível com os serviços contratados, especialmente para atividades de fabricação, montagem e execução de estruturas metálicas;
- f) Informar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que possam comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando as respectivas justificativas técnicas;
- g) Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- h) Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, seguros, transporte, alimentação, hospedagem, mobilização, desmobilização e demais despesas decorrentes da execução contratual;
- i) Manter estrutura operacional compatível com a execução das obras no Município de Nova Mamoré, compreendendo mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos e demais recursos necessários ao adequado atendimento das demandas;
- j) Fornecer, sob sua inteira responsabilidade, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, dispositivos de içamento, transporte, soldagem, montagem e segurança necessários à completa execução das obras;
- k) Responder integralmente pelos danos eventualmente causados durante a execução dos serviços, incluindo danos a edificações, redes elétricas, cercamentos, pavimentações, equipamentos públicos ou particulares e demais estruturas existentes nas áreas de implantação;
- l) Garantir que todos os equipamentos utilizados estejam em perfeitas condições de funcionamento, manutenção e segurança operacional, observando as normas regulamentadoras aplicáveis;
- m) Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente NR-18, NR-35 e demais normas aplicáveis às atividades de montagem de estruturas metálicas e trabalho em altura;
- n) Apresentar, previamente ao início dos serviços, cronograma físico-financeiro compatível com os prazos contratuais e etapas executivas previstas;
- o) Responsabilizar-se integralmente pela estabilidade, segurança, qualidade e durabilidade das estruturas executadas, observando rigorosamente os projetos, especificações técnicas e orientações da fiscalização.

CLÁUSULA XII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

12.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 99990-6750 com o Sr. Sílvio Fernandes Villar, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada Av. D. Pedro II, nº 7096, bairro João Francisco Clímaco, Nova Mamoré-RO – CEP: 76.857-000, de segunda à quinta-feira das 07h:30min às 15h:00min e sexta-feira das 08h:00min às 14h:00min.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Integram esta Ata o Edital de Concorrência Eletrônica Nº. 08/PMNM/2026, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 1950/SEMOSP/2026.

13.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Concorrência Eletrônica Nº. 08-PMNM/2026, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o foro do Município de Guajará-Mirim/RO, para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Nova Mamoré, ____ de _____ de 2026.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

REPRESENTANTE LEGAL
Gerente – empresa

VISTO: _____
Assessoria Jurídica da Prefeitura do Município de Nova Mamoré





ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/PMNM/2026

CONTRATO

**MODALIDADE LICITATÓRIA Nº 08
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1950/2026.**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ/RO, E A
EMPRESA NAS
CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM.**

Aos do mês de do ano de dois mil e, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.855.183/0001-60, com sede na Av. D. Pedro II, nº 7096, bairro João Francisco Clímaco, Município de Nova Mamoré, Estado de Rondônia, daqui em diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Sr. **Marcélio Rodrigues Uchôa**, e de outro lado a Empresa ..., inscrita no CNPJ sob n.º..., com sede na, doravante denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, inscrito(a) no CPF sob o nº, pactuam o presente Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência na forma Eletrônica n.º .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de....., nas condições estabelecidas no Projeto Básico, em conformidade com Processo Administrativo de nº e especificações técnicas.

1.2 Parágrafo único. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Projeto Básico;
- 1.2.2 O Edital da Licitação;
- 1.2.3 A Proposta do contratado;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2. O prazo para execução e entrega do objeto deste contrato é de....., contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, obedecendo ao Cronograma Físico-Financeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3. O preço global deste Contrato é de **R\$.....** para a total execução dos serviços mencionados na cláusula primeira.

§ 1º. A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento e instalação, decorrentes de modificações de quantitativos, projetos ou especificações, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento), do valor global avençado.

§ 2º. Somente é permitido aditivo de serviços até o limite do valor da modalidade licitada relativa a este contrato.

§ 3º. O preço contratado do fornecimento e instalação permanecerá fixo e irrevogável, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14/02/2001, o período mínimo para concessão de reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital de licitação.

§ 4º. Os serviços ou fornecimento e instalação que forem entregues com atraso imputável a Contratada, não gerarão direito a reajuste, realinhamento de preços ou atualização monetária.





CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte programação:

ÓRGÃO: 02 – PREFEITURA MUNICIPAL

ÓRGÃO: 02 – PREFEITURA MUNICIPAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO ATIVIDADE: 20.605.0009.1016.0000 – CONSTRUÇÃO DE GALPÕES AGRÍCOLAS

CATEGORIA ECONÔMICA: 4.4.90.51.00 – PESSOA JURÍDICA

FICHA: 506.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

5.1 O pagamento das despesas decorrentes da prestação de serviço objeto desta Tomada de Preço será feito de acordo com a planilha de Cronograma físico-financeiro, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente certificada, e desde que atendidas as demais condições contratuais.

§ 1º. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual ou de sua parcela, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada protocolizará na Prefeitura Municipal de Nova Mamoré Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, observado a ordem cronológica das exigibilidades, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADO.

§ 2º. Para efeito de pagamento será exigido da Contratada, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura dos serviços, a apresentação do comprovante de recolhimento da Retenção para a Seguridade Social, se aplicável.

§ 3º. Para efeito de pagamento, poderá ainda ser exigido da Contratada, a apresentação dos documentos referente a regularidade fiscal da CONTRATADA.

§ 4º. Caso as certidões acima estejam disponíveis para impressão via internet pelo Contratante, o Contratado ficará dispensado de apresentá-las.

§ 5º. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, houver erro na fatura, ou se os serviços não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

§ 6º. Saneadas as condições impeditivas do pagamento, serão contabilizados os dias decorridos desde a sua comunicação formal, e adicionados ao prazo de pagamento restante.

§ 7º. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

a) a multa será descontada do valor total do respectivo contrato e;

b) se o valor da multa for superior ao valor devido pelo prestador de serviço, responderá a contratada pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 8º. O pagamento da última medição fica condicionado à conclusão da efetivação e aprovação de inspeção e testes da obra e das instalações, previstos em Memorial Descritivo, e integrante do Projeto Básico.

Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 7.675/GP/2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL

6. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;





- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

6.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

6.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

6.4 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

6.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA PELOS VÍCIOS E PELOS DEFEITOS

7. Durante o prazo de garantia, a **CONTRATADA** será responsável por assegurar assistência técnica dos serviços, efetuando manutenção corretiva sem ônus para o **CONTRATANTE**.

§ 1º. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a manter os serviços em perfeito estado, compreendendo, inclusive, substituições, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

§ 2º. A **CONTRATADA** deverá indicar em sua proposta comercial as condições sob as quais prestará a assistência técnica para realização da manutenção corretiva, seguindo as condições mínimas estabelecidas no edital.

§ 3º. A manutenção corretiva será realizada pela **CONTRATADA**, com o acompanhamento de técnico do **CONTRATANTE** e a pedido desta:

- I. O início do atendimento deverá ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dentro do horário estabelecido no item anterior, contado a partir da solicitação feita pelo **CONTRATANTE**;
- II. Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do responsável técnico da contratada no local;
- III. Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do fac-símile, e-mail ou da chamada telefônica;
- IV. O término do reparo deverá ocorrer no prazo de 04 (quatro) dias úteis, contado a partir do início do atendimento;
- V. Entende-se por término do reparo a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento;
- VI. No caso de a **CONTRATADA** não terminar o reparo no prazo estabelecido alínea IV desta Cláusula, deverá comunicar imediatamente ao Coordenador Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Nova Mamoré, que estabelecerá um novo prazo para a conclusão do reparo.
- VII. Findo o prazo e não havendo a conclusão do reparo, a administração municipal tomará as medidas cabíveis para o devido ressarcimento dos danos ou prejuízos apurados pela falta do reparo.

§ 4º. Os serviços executados durante a manutenção corretiva deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados quando da realização dos serviços.

§ 5º. O descumprimento do disposto no item anterior não será aceito como motivo para o não atendimento aos prazos previstos para as manutenções descritas nos itens anteriores desta Cláusula.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 A contratante obriga-se, nos seguintes termos:

Para assegurar a adequada execução contratual, o cumprimento das cláusulas pactuadas e a correta aplicação dos recursos públicos, caberá à Administração Pública adotar medidas administrativas, operacionais e fiscalizatórias durante toda a vigência da contratação.

Nesse sentido, competirá à **CONTRATANTE**:

a) Designar servidor responsável pela fiscalização do contrato, incumbido do acompanhamento da execução, atesto das medições e documentos fiscais, bem como instituir Comissão de Recebimento de Obras de Engenharia, observando as normas de execução orçamentária e financeira vigentes no Município de Nova Mamoré;





- b) Verificar minuciosamente, dentro do prazo estabelecido, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes no Projeto Básico, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e proposta apresentada pela contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Definir e fiscalizar a execução dos serviços objeto da presente contratação, observando-se que a contratada será integralmente responsável pela disponibilização de equipe técnica, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução das obras;
- d) Assegurar à contratada as condições necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, incluindo acesso às áreas de implantação e comunicação formal de informações relevantes à execução;
- e) Expedir Ordem de Serviço para início das obras, contendo, no mínimo, identificação da localidade, dimensões da estrutura, prazo de execução, data de emissão e identificação do responsável pela fiscalização;
- f) Notificar formalmente a contratada acerca de quaisquer falhas, imperfeições, irregularidades ou inconformidades constatadas durante a execução das obras, exigindo as correções necessárias;
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou comissão especialmente designada, garantindo o cumprimento integral das obrigações assumidas;
- h) Efetuar os pagamentos conforme as normas de execução orçamentária e financeira vigentes, condicionados ao atesto da fiscalização e aprovação das medições executadas;
- i) Permitir o acesso às áreas de execução aos funcionários da contratada devidamente identificados, quando necessário ao desenvolvimento das atividades contratadas;
- j) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos do contrato e da legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

- a) Executar as obras com qualidade, segurança, observância das normas técnicas e dentro dos prazos estabelecidos, em conformidade com o Projeto Básico, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e proposta apresentada;
- b) Atender prontamente às exigências da Administração relacionadas à execução contratual, prestando esclarecimentos e promovendo as adequações eventualmente necessárias;
- c) Manter a direção técnica da obra sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado e devidamente registrado no CREA, com emissão da respectiva ART de execução;
- d) Designar preposto ou encarregado geral com presença permanente durante a execução dos serviços, responsável pelo acompanhamento diário da obra e interlocução direta com a fiscalização;
- e) Garantir que a equipe técnica responsável pela execução possua qualificação compatível com os serviços contratados, especialmente para atividades de fabricação, montagem e execução de estruturas metálicas;
- f) Informar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que possam comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando as respectivas justificativas técnicas;
- g) Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- h) Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, seguros, transporte, alimentação, hospedagem, mobilização, desmobilização e demais despesas decorrentes da execução contratual;
- i) Manter estrutura operacional compatível com a execução das obras no Município de Nova Mamoré, compreendendo mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos e demais recursos necessários ao adequado atendimento das demandas;
- j) Fornecer, sob sua inteira responsabilidade, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, dispositivos de içamento, transporte, soldagem, montagem e segurança necessários à completa execução das obras;
- k) Responder integralmente pelos danos eventualmente causados durante a execução dos serviços, incluindo danos a edificações, redes elétricas, cercamentos, pavimentações, equipamentos públicos ou particulares e demais estruturas existentes nas áreas de implantação;
- l) Garantir que todos os equipamentos utilizados estejam em perfeitas condições de funcionamento, manutenção e segurança operacional, observando as normas regulamentadoras aplicáveis;





- m) Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente NR-18, NR-35 e demais normas aplicáveis às atividades de montagem de estruturas metálicas e trabalho em altura;
- n) Apresentar, previamente ao início dos serviços, cronograma físico-financeiro compatível com os prazos contratuais e etapas executivas previstas;
- o) Responsabilizar-se integralmente pela estabilidade, segurança, qualidade e durabilidade das estruturas executadas, observando rigorosamente os projetos, especificações técnicas e orientações da fiscalização.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA prestará a caução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, na assinatura do contrato, sendo-lhe facultativo prestá-la mediante caução em dinheiro, em título da dívida pública, fiança bancária, seguro garantia ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Parágrafo Único. A caução e demais garantias prestadas pela CONTRATADA em favor do Município, ser-lhe-á devolvida 60 (sessenta) dias após o recebimento definitivo da obra, sem quaisquer acréscimos de juros, correrão monetária ou qualquer reajustamento, exceto aquela prestada em moeda corrente, atualizada monetariamente.

10.1 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Projeto Básico.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CLÁUSULA DE LIVRE ACESSO

11.1 Este contrato contém a CLÁUSULA DE LIVRE ACESSO, nos termos do art. 43 da portaria Interministerial nº424/2016, podendo qualquer órgão da administração Municipal, Estadual e Federal ter livre acesso aos documentos e registros contábeis da EMPRESA VENCEDORA, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- a) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso que venha a ocorrer na execução deste com relação aos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.
- b) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso na entrega das etapas e para o recebimento da Ordem de Serviço.





c) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor ora ajustado pelo não cumprimento de quaisquer condições do Contrato.

d) Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, assim como não cumprir o objeto do certame, caracteriza-se a inexecução da obrigação assumida, sujeitando-a ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

§ 1º. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração, da garantia ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato será extinto, de forma:

13.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

13.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).





CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.2 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO (art. 92, §1º)

17. As partes elegem o foro da Comarca de Nova Mamoré, Estado de Rondônia, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes interessadas.

Nova Mamoré-RO, XX, de XXXXX de 2026.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito Municipal

Representante legal do CONTRATADO

Visto
Procuradoria Jurídica





ANEXO III

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos que a empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu representante, o(a) Sr^(a) (nome do empregado da empresa, qualificação, RG, CPF, número da carteira do CREA OU CAU)____, efetuou a visita técnica a que se refere o item 7.9 do Edital da Concorrência Eletrônica nº 08/SUPEL/2026 da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da referida licitação.

(Local), _____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa licitante

Assinatura do profissional (engenheiro ou arquiteto)

Assinatura PREFEITURA

CARIMBO CNPJ





ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM SUBSTITUIÇÃO À VISITA TÉCNICA

A empresa _____, CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal Sr (a) _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____ declara, não ser relevante a realização de VISITA TÉCNICA ao local no qual serão prestados os serviços constantes no objeto do Edital da Concorrência Eletrônica n.º 08/SUPEL/2026.

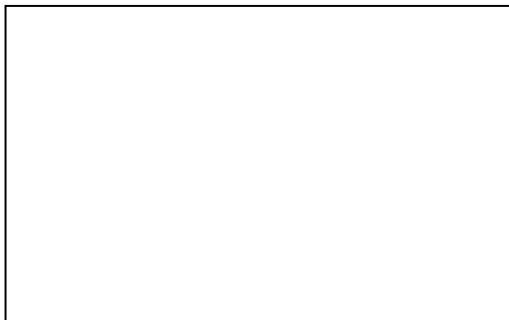
Por fim, informo que foram fornecidas todas as informações das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e destacando ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos assumimos total responsabilidade por este fato e informamos que não utilizaremos quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras.

Convictos de que a Visita não será relevante na elaboração da proposta de preços, firmamos.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal

CARIMBO CNPJ





ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI 9.854/99**

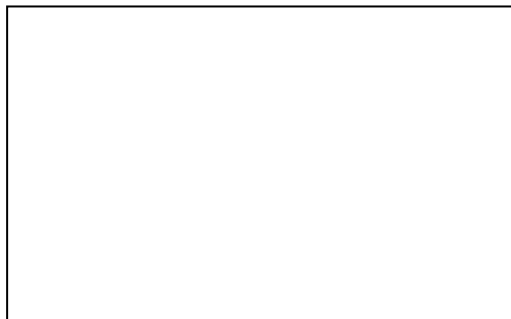
..... (EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o N°
....., por intermédio de seu Representante legal, o(a) Sr.(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade N° e do CPF N°
....., **DECLARA**, para os devidos fins do disposto no Inc. VI do art. 68 da Lei n.º
14.133, de 01 de Abril de 2021, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega
menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16
(dezesesseis) anos.

RESSALVA: emprega menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. ()

OBS.: EM CASO AFIRMATIVO, ASSINALAR A RESSALVA ACIMA.

Local e Data _____

CARIMBO CNPJ



Nome completo do proprietário ou representante
Legal e qualificação na empresa





ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
(timbre/identificação da empresa)

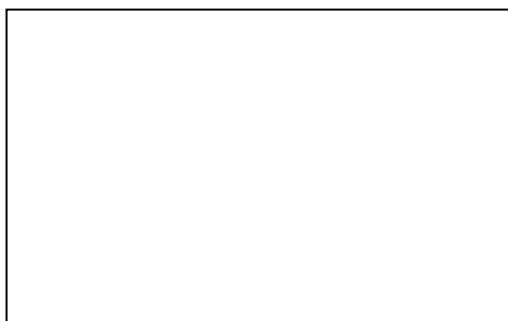
(Razão Social/Nome) _____

CNPJ ou CPF N.º _____

Sediada, _____ (endereço completo) _____ declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data _____

CARIMBO CNPJ



Nome completo do proprietário ou representante
Legal e qualificação na empresa





ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(timbre/identificação da empresa)

DECLARAÇÃO

..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n.º,
sediada (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF
n.º **DECLARA**, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de
2006, estando apta a fruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em
nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de
dezembro de 2006.

CARIMBO CNPJ



Nome completo do proprietário ou representante
Legal e qualificação na empresa





ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA SERVIDOR PÚBLICO
(timbre/identificação da empresa)

DECLARAÇÃO

Nome da Empresa _____ inscrita no CNPJ/MF Nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara sob as penas da Lei, para fins de participação Concorrência Eletrônica Nº 08/PMNM/2026 da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, que não constam em nossos quadros societários colaboradores do(a) órgão promotor do pregão presencial que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior.

CARIMBO CNPJ



Nome completo do proprietário ou representante
Legal e qualificação na empresa





ANEXO IX

(timbre/identificação da empresa)

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES,
DOS EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO**

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara para fins de participação na licitação da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 08/PMNM/2026**, que caso seja vencedora do certame, as instalações, os equipamentos/máquinas e o pessoal técnico, abaixo relacionados encontram-se disponíveis para execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como, que o Sr: **(indicar nome, nº de documento e qualificação profissional)**, detentor dos acervos aqui apresentados, faz parte do quadro permanente da empresa e será o responsável técnico pela obra a qual se refere esta proposta e que o mesmo não possui vínculo com a Prefeitura de Nova Mamoré.

INSTALAÇÕES:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES

EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO DE FAB.	CAP/POT

PESSOAL TÉCNICO

QUANT.	QUALIFICAÇÃO	LOTAÇÃO

NOME DA EMPRESA

ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA





CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 08/SUPEL/2026

ANEXO X

MODELO SUGESTIVO DE PLANILHA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE: _____
C.N.P.J.: _____ TEL: _____
ENDEREÇO: _____
C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____
NOME DO REPRESENTANTE: _____

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e montagem de galpões metálicos padronizados, com dimensões variáveis, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Nova Mamoré, distritos e linhas rurais, compreendendo a execução de fundações, fabricação e montagem de estrutura metálica, cobertura, instalações elétricas básicas de iluminação, bem como o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução das obras, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

Modelo da proposta FINAL, Conforme Planilha Orçamentária disponível no LICITANET e Portal da Transparência do Município de Nova Mamoré

Obs.1: Apresentar Planilha Orçamentária;
Obs.3: Cronograma Físico-Financeiro;
Obs.4: Composição BDI
Obs.5: Planilha de Encargos Sociais;
Obs.6: Memorial Descritivo Arquitetônico;
Obs.7: Composição de Custos;
Obs.8: Composições Próprias;
Obs.9: Curva ABC;
Obs 10: Memorial de Cálculo.

Valor Global da proposta: R\$ _____ (_____)

Prazo de garantia dos serviços: _____ (_____) meses

Prazo de validade da proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 08/SUPEL/2026 e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento, instalação e garantia, do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Nova Mamoré-RO, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e nome bem legível do proponente e empresa





Município de Nova Mamoré

22.855.183/0001-60
Av. Dom Pedro II
www.novamamore.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data	
Edital		CONC. Nº. 08/2026		25/06/2026	
ID:	388060			Processo	Documento
CRC:	94791525				
Processo:	1-1950/2026				
Usuário:	LUANA DE ARAÚJO RIBEIRO ANDRADE				
Criação:	25/06/2026 08:41:10	Finalização:	25/06/2026 08:41:10		
MD5:	7F880F0A24D96605FA7F256F7452ED55				
SHA256:	E6E0F41F6360D14F07167932E9418814240B8E62AFCA3B252567918193B3B830				
Súmula/Objeto:					
CONC. Nº. 08/2026					
INTERESSADOS					
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		Nova Mamoré		RO	25/06/2026 08:41:10
ASSUNTOS					
ABERTURA DE PROCESSO				25/06/2026 08:41:10	
ASSINATURAS ELETRÔNICAS					
	LUANA DE ARAÚJO RIBEIRO ANDRADE	ASSESSORA EXC. DE LIC. CONTRATOS		25/06/2026 08:41:46	

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 7.948/2024.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novamamore.ro.gov.br informando o ID 388060 e o CRC 94791525.